

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**SOLENIIDADE DE INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO
FÓRUM DA COMARCA DE AÇUCENA E OUTORGA DO
TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO PRESIDENTE
DO TJMG**

24 de maio de 2010 – 15 horas

É importante que o ambiente de trabalho ofereça condições dignas para o bom desempenho das atividades. Por isso, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, vencendo as restrições orçamentárias, tem realizado obras em todo o Estado. O objetivo não poderia ser outro: propiciar a Magistrados e Servidores melhores condições para o desempenho de tão importante função, para que, dessa forma, possam desenvolvê-la de maneira ainda mais eficiente. Também os Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e Comunidade terão espaços mais adequados, para o exercício da Justiça e da Cidadania.

Por isso, é com toda satisfação que será iniciada a construção do novo Fórum de Açucena. A comarca foi incluída no rol das prioridades desta gestão, diante da premente necessidade de novas instalações.

Serão investidos quase 2 milhões e 400 mil reais na construção do prédio, que terá cerca de mil metros de área construída. As obras deverão ser realizadas em dez meses pela construtora A P Braga Engenharia e Comércio LTDA.

Todo o trabalho será desenvolvido sob a supervisão da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial do Tribunal de Justiça, liderada pela Engenheira Elídia Tavares de Lanna Rocha. É preciso, nesta oportunidade, elogiar e agradecer toda a equipe dessa Diretoria, empenhada na execução de dezenas de obras em todo o Estado. Esse setor é responsável pela gestão de mais de 560 prédios do Judiciário de Minas.

São, ao todo, 296 comarcas, mais de 800 varas judiciais, quase mil magistrados e cerca de 15 mil e 400 servidores. Incluídos os terceirizados, esse número supera a casa dos 20 mil. Já são mais de 4 milhões de processos em andamento. Como se pode observar, o Judiciário de Minas é uma instituição de grande porte, a apresentar demandas constantes e crescentes.

O Judiciário de todo o Brasil passa por um momento decisivo. Estamos sempre às voltas com pesquisas e críticas, nas quais o tema da “morosidade” é recorrente. Recentemente, a Imprensa divulgou mais um levantamento: o Índice de Confiança na Justiça do primeiro trimestre deste ano ficou em 5,9%, numa escala de 0 a 10. A pesquisa foi feita pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Em todo o Brasil, 92,6% da população reprovam a Justiça no quesito celeridade. Em Belo Horizonte, esse percentual sobe para 94%. É importante dizer que as pesquisas sempre falam em Judiciário, mas, na verdade, a avaliação envolve todas as instituições envolvidas com a realização da Justiça.

O que se pode dizer de tudo isso? Primeiramente, a legislação processual, na maioria das vezes, emperra a prestação jurisdicional. Além disso, as questões políticas, econômicas e sociais de um país em ebulição deságuam na Justiça, sobrecarregando o sistema. Enquanto a demanda aumenta a cada dia, o orçamento do Judiciário está limitado a 6% da receita corrente líquida do Estado, impedindo que a estrutura seja ampliada, para agilizar os serviços.

Se, por um lado, estão magistrados e servidores trabalhando com afinco para fazer frente ao volume de serviços, com enorme desgaste e grande estresse, do outro lado, está o cidadão, ávido por decisões rápidas, no ritmo da vida moderna.

Quero enfatizar, neste momento, que se o Judiciário ou a Justiça não funciona como deseja a sociedade, não é porque os seus profissionais são omissos ou pouco envolvidos com o trabalho. Pelo contrário, estão todos trabalhando exaustivamente, além da capacidade humana, tentando encontrar soluções para atender às expectativas.

Como Presidente, a poucos dias para encerrar o mandato, posso também dizer que fiz o possível. Infelizmente, as carências são muitas. Com os recursos disponíveis, torna-se, humanamente impossível, atender a todos.

Tenho a consciência tranquila de ter feito o meu melhor, de ter lutado com todas as minhas forças, num ritmo acelerado nesses vinte e um meses. Procurei dar a minha contribuição para o aprimoramento da Justiça, com foco no cidadão, razão de ser do serviço público. O novo Fórum de Açucena representa outro passo nesse sentido.

Para concluir, quero também manifestar minha satisfação pelo reconhecimento ao meu trabalho em prol da Justiça. O título de Cidadão Honorário de Açucena me deixa honrado e feliz.

Agradeço à Câmara Municipal, ao Vereador Valzemir José Duarte, conhecido como Zé do Trajano, responsável pela indicação do meu nome. Deixo também meus agradecimentos especiais a toda a Comunidade.

O verdadeiro significado de qualquer honraria está estampado no olhar e nos gestos de todos aqueles a quem procuramos servir com apreço e devoção. É essa manifestação de gratidão que traz alento e esperança.

Serão também agraciados hoje os competentes Desembargadores Nelson Missias e Alvim Soares, homenagem que engrandece a magistratura e todo o Poder Judiciário.

Não poderia deixar de prestar minha homenagem à Equipe desta Comarca e ao Juiz Marcelo Gonçalves de Paula, que se desdobra entre as atividades em Ipatinga e Açucena. Quase 50 comarcas de primeira entrância se encontram em situação idêntica, tendo em vista o número reduzido de juízes para atender às necessidades. Essa é mais uma demonstração de compromisso e dedicação à Justiça.

Desejo paz e prosperidade para todas as pessoas desta Comarca, que comemora 60 anos de atividade.

Muito obrigado a todos.